

ECONOMIA SOCIAL EM PORTUGAL: NO CONTEXTO DA COVID-19

2.º INQUÉRITO

ENQUADRAMENTO

O presente relatório integra-se no trabalho de investigação iniciado em maio de 2020 junto das Organizações da Economia Social, a fim de contribuir para o conhecimento dos constrangimentos e desafios enfrentados por estas organizações no contexto da pandemia COVID-19. Este documento resulta do lançamento do 2.º inquérito no âmbito do referido estudo, e apresenta os principais resultados do inquérito conduzido no início de 2021 aos responsáveis pelas Organizações da Economia Social em Portugal com respeito às estratégias que têm vindo a adotar para enfrentar os desafios trazidos pela pandemia COVID-19, apoios solicitados e perspetivas futuras tendo em conta a situação atual em que se encontram.

AUTORIA

O presente estudo resulta de uma colaboração entre investigadores dos:

Instituto Politécnico de Setúbal

Márcia Santos
Sandra Nunes
Pedro Dominginhos
Carlos Mata
Nuno Teixeira

Instituto Politécnico de Portalegre

Joaquim Mourato

Resumo

O 2.º inquérito às OES foi completado por 944 organizações em Portugal. A maioria das OES tem um nível baixo de voluntários. O nível de receitas diminuiu de forma transversal, mas as organizações tiveram que manter ou mesmo aumentar as despesas para poder continuar a apoiar a população. Cerca de 12% das OES deixaram de realizar qualquer atividade, sendo que 54% das OES a diminuiu. Dentro da mesma área de atuação, verificamos que existem OES que viram o número de utentes apoiados aumentar enquanto em outras este número diminuiu.

A estratégia mais adotada pelas OES prende-se com a candidatura a apoios por parte das entidades públicas ou outras, ainda que a grande maioria não tenha recorrido a apoio financeiro extraordinário como o *lay-off* simplificado ou moratória de créditos. Os serviços de saúde e Segurança Social são as entidades com quem as OES têm sentido maior dificuldade de comunicação.

A formação profissional é reconhecida pelas OES como uma área com défice, o qual intensificou-se após o início da pandemia. Quanto a perspetivas de curto a médio prazo, 11% das OES (104) deverá encerrar atividade na medida em que não tem condições financeiras para manter a atividade nos próximos 3 meses, sendo que destas 34% são IPSS. Não chega a metade as OES que terão possibilidade de manter todos os postos de trabalho (45%) e pagar por completo as remunerações dos seus empregados (49%). No desafio que enfrentam de tentar manter a atividade, as OES apontam diversas ações que poderiam ser tomadas pelo poder local e Segurança Social a fim de as apoiar, ainda que reconheçam em alguns concelhos que este apoio tem vindo a ser prestado

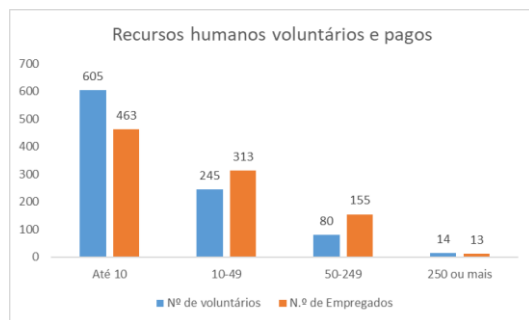
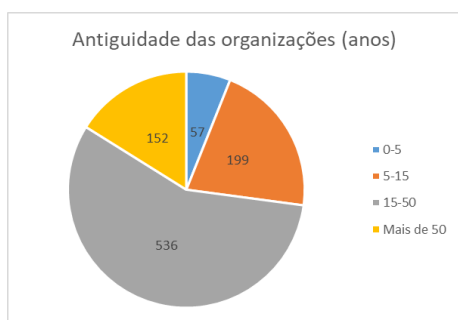
CARACTERIZAÇÃO GERAL

As respostas ao presente inquérito foram recolhidas durante o período do segundo confinamento decretado pelo Governo Português, entre 9 de fevereiro e 25 de março de 2021. As respostas foram dadas por responsáveis das OES Portuguesas através de um formulário disponibilizado online, tendo sido recebidas 944 respostas.

“944 Organizações da Economia Social em Portugal completaram o inquérito”

O inquérito foi dirigido a organizações de todos os distritos do país e regiões autónomas, tendo sido recolhidas respostas de todos os distritos do continente e regiões autónomas. O distrito mais representado é o de Lisboa (210; 22%), seguido de Setúbal (151;16%) e Porto (131;14%). Parte das OES (57) são recentes, isto é, operam há menos de 6 anos, sendo que a grande maioria (536) já tem uma vasta experiência de atuação (entre 15 e 50 anos).

No que respeita aos recursos humanos destas OES, a grande maioria tem apenas até 10 voluntários na sua força de trabalho. As OES com grande dimensão de mão-de-obra tem o seu enfoque preferencial em trabalhadores pagos.

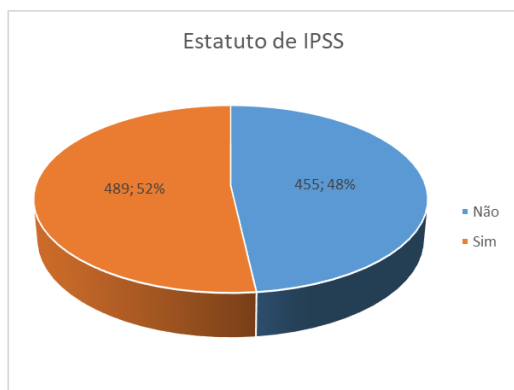


Os resultados mostram que 39% das OES operam com um peso significativo de trabalhadores pagos (10 a 249), mas têm um nível baixo ou inexistente de voluntários (até 10). Em cerca de 25% das OES que operam com um nível baixo de trabalhadores pagos, também dispõem de nível baixo ou inexistente de voluntários (até 10).

“o grupo de OES com nível baixo ou inexistente de voluntários é o mais representado”

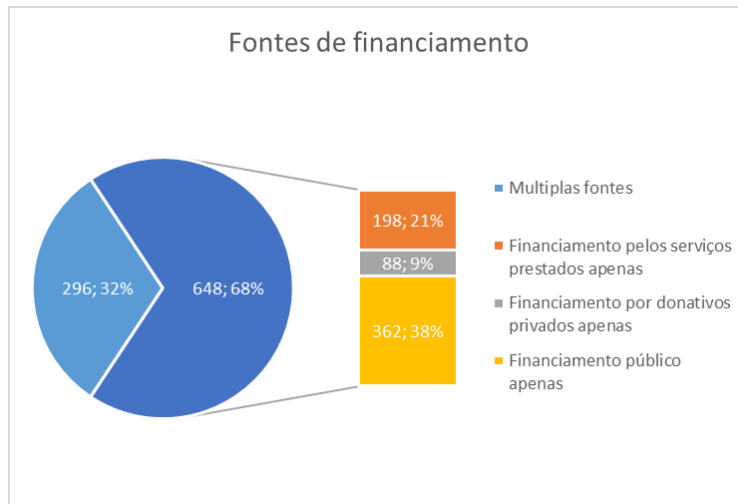
A esmagadora maioria das OES estão constituídas como associações, sendo que o peso de OES com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) é bastante semelhante (52%) ao que não tem o referido estatuto (48%).

A área de atuação mais representada respeita às atividades de apoio à pessoa idosa (355; 38%) prestadas em lares, centros de dia, apoio domiciliário, e centros de convívio. Logo a seguir vem a educação (339; 36%).



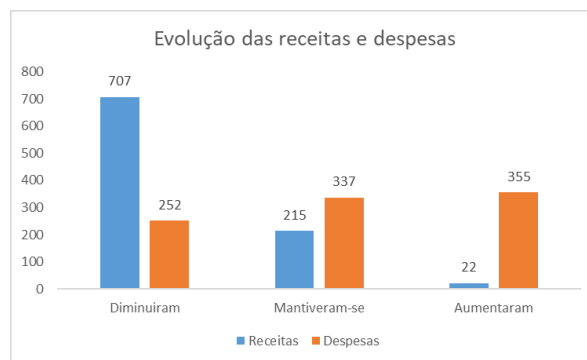
De destacar também o peso muito significativo de OES que atuam nas áreas das artes, cultura e humanidades (245; 26%), bem como do desporto (199; 21%).

Em termos de estrutura de financiamento, não chega a um terço o peso das OES com diversificação de fontes (296; 32%), sendo que esmagadora maioria destas OES recebe de entidades públicas (267; 28%).



No que se refere às OES com uma estrutura de financiamento dependentes de uma única tipologia de fonte, esta é na grande maioria dos casos financiamento público (362; 38%).

No contexto da pandemia COVID-19, a esmagadora maioria das OES (707; 75%) viu as suas receitas diminuírem, sendo que apenas em 22 OES (2%) estas aumentaram.



Já ao nível das despesas, as OES reportam um aumento em cerca de um terço dos casos (355; 38%) ou estabilização (337; 36%). As restantes (252; 26%) viram as suas despesas diminuir, sendo que a grande parte destas encerrou atividade, ou viu a sua capacidade de desenvolver programas e prestar serviços reduzir (163; 17%).

“O nível de receitas diminuiu de forma transversal na Economia Social, mas as organizações tiveram que manter ou mesmo aumentar as despesas para poder continuar a apoiar a população”

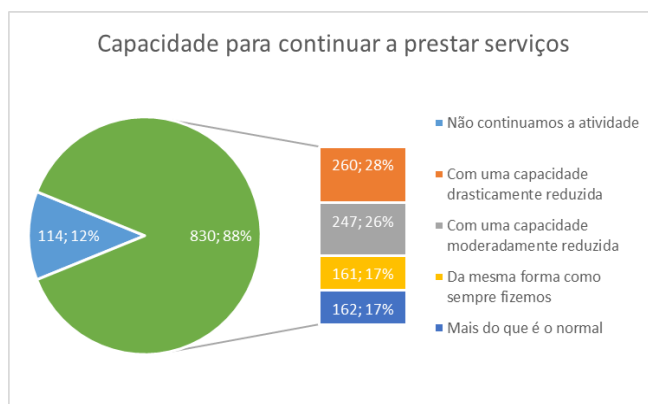
Uma análise conjunta do impacto nas despesas e receitas permite detetar que as OES que sofreram uma diminuição de receitas tiveram também, a par, de suportar uma manutenção ou aumento do nível de despesa (484; 51%). Apesar deste contexto de grande restrição orçamental, uma grande percentagem das OES (367; 39%) não recebeu apoio financeiro extra de qualquer entidade.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS DURANTE A PANDEMIA E PERCEÇÃO DA COMUNIDADE

Desde o início da pandemia, a capacidade das OES para continuar a prestar os serviços e apoios diminuiu. Mais alarmante é o facto de 12% das OES (114) terem deixado de realizar qualquer atividade. Estas OES que não conseguiram continuar a prestar apoio atuam em grande parte nos setores das artes, cultura, desporto, educação e juventude. São também identificadas neste grupo, ainda que com uma expressão menos significativa, OES das áreas de apoio à pessoa com deficiência, pessoa idosa, ou educação.

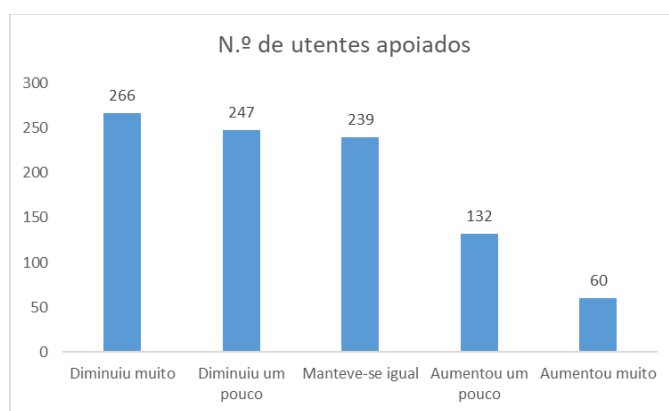
“Mais alarmante é o facto de 12% das OES (114) terem deixado de realizar qualquer atividade, sendo que 54% das OES (507) diminuiu a sua atividade”

Debruçando-nos sobre as OES que mantiveram a sua atividade, a esmagadora maioria teve uma redução drástica ou moderada da sua atividade, num total de 507 OES (54%).



Os resultados mostram que 34% das OES (323) conseguiu adaptar a forma de realizar as atividades e dispor de recursos para continuar a prestar apoio da mesma forma que fazia antes do início da pandemia (161; 17%) ou até com um ritmo mais elevado (162; 17%).

Consequência também desta diminuição de capacidade para continuar a prestar apoio, verificamos que o número de pessoas apoiadas diminuiu face ao período pré-pandemia na grande maioria das OES (513; 54%). Deste grupo de OES, as áreas de intervenção mais frequentes são a educação, desporto, artes e cultura e apoio à pessoa idosa.



Os dados mostram ainda que em 192 OES (20%), o ritmo de trabalho terá aumentado para conseguir dar apoio a mais pessoas. Estas OES atuam essencialmente na área de apoio à pessoa idosa, serviços sociais, saúde e educação. Estes resultados mostram que no setor de apoio à pessoa idosa e educação existe uma grande disparidade quanto à variação do número de utentes apoiados, verificando-se situações disparens no país, onde algumas OES destes setores estão a apoiar muito mais pessoas enquanto outras viram esse número de pessoas apoiadas diminuir.

“Dentro da mesma área de atuação, verificamos que existem OES que viram o número de utentes apoiados aumentar enquanto em outras este número diminuiu”

Para enfrentar os desafios decorrentes deste contexto, as OES adotaram estratégias em diferentes vertentes. Apenas 22 OES (2%) afirmam não ter adotado uma estratégia em específico para responder ao contexto da pandemia. Da amostra, 282 OES (30%) adotaram apenas uma única estratégia, que passou essencialmente pela candidatura a apoios governamentais ou de outras entidades (77; 8%), congelar despesas não essenciais (58; 6%) ou encerrar serviços (54; 6%).

“A estratégia mais adotada pelas OES prende-se com a candidatura a apoios por parte das entidades públicas ou outras, ainda que a grande maioria não tenha recorrido a apoio financeiro extraordinário como o lay-off simplificado, moratória de créditos, diferimento de impostos, fundos Portugal 2020”

Numa análise global, a estratégia adotada por quase metade das OES (476; 50%) passou pela candidatura a apoios públicos ou de outras entidades, visando repor ou aumentar recursos para a sua atividade. Estas dedicam-se, entre outros, ao apoio a pessoas idosas (217; 23%), educação (178; 19%) e artes (115; 12%).

Estratégia	Nº de OES que adotaram a estratégia
[Candidatar a apoios governamentais ou de outras entidades (p.e. fundações, empresas, outros)]	476
[Congelar despesas não essenciais]	417
[Atrasar despesas de investimento]	258
[Encerrar serviços]	235
[Layoff ou licenças sem vencimento]	234
[Atrasar despesas de manutenção]	175

Estratégia	Nº de OES que adotaram a estratégia
[Eliminar custos através de parcerias com outras entidades]	105
[Adquirir equipamento através da cedência gratuita por parte de outras entidades]	94
[Aumentar a produtividade]	60
[Restringir/diminuir número de utentes/clientes/beneficiários apoiados]	49
[Aumentar a mensalidade dos utentes/clientes]	27
[Venda de património]	9

De seguida, surgem as estratégias adotadas numa ótica de gestão das despesas, onde as OES procuraram diminuir custos, através da diminuição das despesas não essenciais, de investimento ou de manutenção, encerramento de serviços, e diminuição dos gastos com pessoal (*lay-off* e similar).

Por outro lado, os resultados mostram que 105 OES (mais de 10%) apostam nas parcerias com outras entidades como estratégia para enfrentar os desafios da pandemia.

Quando questionadas sobre se recorrerão ou se já recorreram a apoio financeiro extraordinário (p.e. *lay-off* simplificado, moratória de créditos, diferimento de impostos, fundos Portugal 2020), a esmagadora maioria refere que não (590; 63%).

A grande maioria das OES (543; 58%) percebe que há alguma população que geralmente é apoiada ou monitorizada pelas OES que estará a passar dificuldades por falta de apoio. O grupo dos idosos é o mais apontado pelas OES, nomeadamente devido a, por vezes, estarem a viver sozinhos ou por não terem possibilidade de convívio e ocupações ativas que contribuam para a sua saúde física e mental. Muitas vezes, estes idosos são os utentes da própria instituição que se viu obrigada a diminuir a sua atividade e tal redução extinguiu ou reduziu o nível de apoio dado a este grupo da população.



Figura 1. Principais termos aplicados pelas OES como resposta ao pedido de identificação de população com falta de apoio

As crianças e jovens surgem, de seguida, como o grupo da população com necessidades de apoio, sendo apontada a falta de contacto com outras crianças devido ao encerramento das escolas e a vivência de crianças e jovens em contextos familiares de violência.

OBSTÁCULOS NA COMUNICAÇÃO E NECESSIDADES DE FORMAÇÃO

Três quartos das OES (703; 75%) não reportam dificuldades de comunicação com entidades que operam na área de Serviços de Saúde, Segurança Social, Câmara Municipal, Junta de freguesia, Centro de emprego, Proteção civil.

As que reportam (241; 25%) dificuldades de comunicação, identificam os serviços de saúde (106; 11%), Segurança Social (95; 10%) e Câmara Municipal (82; 9%) como as entidades em que essa dificuldade se sentiu com mais frequência.

“Os serviços de saúde e Segurança Social são as entidades com quem as OES têm sentido maior dificuldade de comunicação”

Ao nível da formação, apenas 23 OES (2%) indicam não sentir necessidades nesta área. A esmagadora maioria reporta múltiplas necessidades de formação (749; 80%). No topo das necessidades consta a formação na área do desenho e preparação de candidaturas a apoio financeiro. Aqui, o grupo das OES que opera na área da educação é a que mais aponta esta necessidade, seguida das áreas de apoio a idosos e cultura.

De seguida, são identificadas a gestão e liderança como as áreas de formação mais solicitadas, sendo que as OES com estatuto de IPSS terão mais necessidade de formação nestas áreas. Logo a seguir a área de higiene e segurança no trabalho, especialmente apontado por IPSS, muito provavelmente decorrente da necessidade de adotar medidas adequadas à prevenção da transmissão do SarS-Cov-2.

Necessidade de formação	N.º de OES que reportam esta necessidade de formação
[Desenho e preparação de candidaturas a apoio financeiro]	317
[Gestão Estratégica]	278
[Gestão de recursos humanos]	276
[Liderança em tempos de crise]	267
[Higiene e Segurança no Trabalho]	265
[Tecnologias de informação e Comunicação]	258
[Marketing, Comunicação e Redes Sociais]	249
[Desenho e gestão de ações de angariação de fundos]	224
[Planeamento e Orçamentação]	214
[Avaliação de Desempenho]	203
[Recrutamento e gestão de voluntários]	192
[Gestão Financeira]	184
[Desenho e gestão de projetos]	174
[Contabilidade e Fiscalidade]	140
[Línguas]	54

A formação nas áreas da tecnologias e gestão da presença digital são também bastante solicitadas, sendo que com respeito a esta necessidade se destacam as OES que intervêm na área da educação. A este respeito, as OES sem estatuto de IPSS identificam com mais frequência a formação em marketing, comunicação e redes sociais. Por fim, importa também realçar que uma parte significativa das OES apontam formações na área de angariação de donativos e avaliação de desempenho como uma necessidade, especialmente as IPSS.

“A formação profissional é reconhecida pelas OES como uma área com défice, o qual intensificou-se após o início da pandemia”

Em resumo, no que se refere à formação dos recursos humanos, as OES não negligenciam que esta é uma área com um défice a colmatar, sendo identificadas áreas de elaboração de

candidaturas, gestão, contabilidade, finanças, tecnologias e higiene e segurança de forma transversal a todas as organizações.

Por outro lado, a grande maioria das OES (640) confirma que estas necessidades de formação se intensificaram após o início da pandemia, especialmente as IPSS, a qual veio tornar mais evidente o défice de formação profissional. A capacitação nas áreas identificadas seria crucial para enfrentar os desafios atuais.

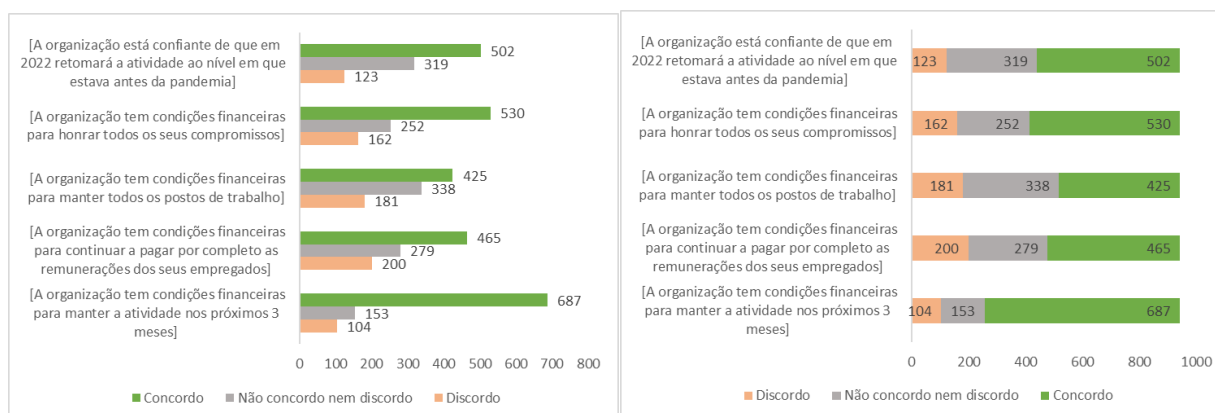
PERSPETIVAS DE FUTURO

As OES foram também auscultadas quanto à sua confiança na retoma da atividade para níveis pré-pandemia e relativamente às condições financeiras de curto e médio prazo para fazer face aos compromissos financeiros assumidos.

“11% das OES (104) deverá encerrar atividade na medida em que não tem condições financeiras para manter a atividade nos próximos 3 meses, sendo que destas 34% são IPSS”

Ao nível das condições financeiras, a maioria das OES confirma que tem condições para honrar os seus compromissos e manter atividade nos próximos 3 meses. Neste capítulo, 11% das OES (104) deverá encerrar atividade na medida em que não tem condições financeiras para manter a atividade nos próximos 3 meses, sendo que destas 34% são IPSS (35).

Esta percentagem sobe para 17% (162) no que respeita à impossibilidade de honrar todos os seus compromissos financeiros.



Já no que se refere à manutenção de postos de trabalho, o cenário é mais crítico na medida em que nem metade das OES confirma que terá possibilidade de manter todos os postos de trabalho (425; 45%) e pagar por completo as remunerações dos seus empregados (465; 49%).

“não chega a metade as OES que terão possibilidade de manter todos os postos de trabalho (425; 45%) e pagar por completo as remunerações dos seus empregados (465; 49%)”

Cerca de um quinto das OES confirma mesmo que não terá condições para manter os postos de trabalho (181; 19%) ou pagar por completo as remunerações (200; 21%). A respeito dos recursos humanos, são as OES sem estatuto de IPSS que afirmam estar a passar por maiores dificuldades financeiros para pagar as remunerações e manter postos de trabalho.

No que se refere aos desafios atualmente enfrentados pelas OES, destaca-se o esforço de manutenção da sua atividade, tanto no que se refere ao equilíbrio financeiro, ao número de recursos humanos ou mesmo o número de utentes.



Figura 2. Principais termos aplicados pelas OES como resposta ao pedido de identificação dos desafios atualmente enfrentados pela organização

Por outro lado, também são referidos os desafios relacionados com a adaptação da atividade ao formato online num contexto em quem vários serviços passaram a ser prestados através do recurso a plataformas digitais.

“no desafio que enfrentam de tentar manter a atividade, as OES apontam diversas ações que poderiam ser tomadas pelo poder local e Segurança Social a fim de as apoiar, ainda que reconheçam em alguns concelhos que este apoio tem vindo a ser prestado”

Face a esta situação, as OES identificam áreas e apoios que precisam, sendo que são apontadas diferentes entidades que podem ter um papel nesta matéria. As entidades que se destacam são: a Segurança Social, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.



Figura 3. Principais termos aplicados pelas OES como resposta ao pedido de identificação de apoio que precisam por parte de diversas organizações

Quanto à Segurança Social, são apontadas áreas como: acompanhamento nas implementações de medidas de prevenção da infeção por SarS-Cov-2; ou, revisão dos acordos de cooperação para aumentar o apoio nas participações efetuadas por esta entidade (p.e. em refeições em cantinas sociais). É também apontada a importância de existir uma maior articulação entre Segurança Social e IEFP na contratação de recursos humanos para as OES, agilizando a análise e deferimento das candidaturas aos programas CEI e CEI+. É também realçado pelas OES o papel da Segurança Social no apoio financeiro ao nível do Adaptar Social+.

As OES identificam também os agentes do poder local (Câmara Municipal e Juntas de freguesia) como podendo ter um papel muito relevante nesta fase em que as OES procuram manter a sua atividade. Em particular, indicam a necessidade de apoio no pagamento ou não cobrança de despesas correntes/fixas, como a água e eletricidade. É sugerida também a criação de centrais de compras de EPIs por parte das Câmaras, reduzindo o custo a que estes equipamentos são adquiridos em avulso por cada OES. As OES reconhecem também várias iniciativas desenvolvidas em diferentes concelhos que identificam como boas práticas no apoio às OES, como sejam a concessão de apoio extraordinário por parte da Câmara Municipal, acompanhamento permanente numa lógica de parceria, ou a entrega gratuita de EPIs.

ANÁLISE COMPARATIVA: 1.º VS 2.º INQUÉRITOS

- ▶ Indicador estável ou variação inconclusiva
- ▶ Indicador evoluiu negativamente
- ▶ Indicador evoluiu positivamente

	2.º Relatório	1.º Relatório	Evolução
Mês do relatório	Abril 2021	Julho 2020	
Período de recolha de dados	09/fev a 25/mar 2021	27/maio e 8/Jul de 2020	
Amostra	944	557	
Estatuto IPSS	52%	58%	
Antiguidade	Maioria > 15 anos	Maioria > 20 anos	
Recursos humanos voluntários	Maioria <=10 voluntários	Maioria <=10 voluntários	
Recursos humanos pagos	Maioria <=20 trabalhadores	Maioria <=20 trabalhadores	
Áreas de atuação mais frequentes	Apoio à pessoa idosa, educação, artes e cultura, desporto	Apoio à pessoa idosa, educação, artes e cultura, juventude, serviços sociais, desporto e saúde	
Localização	1.º Lisboa, 2.º Setúbal, 3.º Porto	1.º Setúbal, 2.º Lisboa e 3.º Porto	
Fontes de financiamento	% de OES com uma única fonte de receita: 56% Estado; 30% prestações de serviços; 14% donativos privados 32% tem fontes diversificadas	% de OES com uma única fonte de receita: 43% prestações de serviços; 39% Estado; 18% donativos privados 12% tem fontes diversificadas	
Continuidade da atividade	12% das OES não continuou atividade (artes, cultura, desporto, educação e juventude); 54% redução drástica ou moderada; 17% inalterada; 17% aumentou atividade	11% das OES não continuou atividade; 52% redução drástica ou moderada; 20% inalterada; 17% aumentou atividade	▶
Nº de pessoas apoiadas	Em 54% das OES diminuiu	Em 54% das OES diminuiu	▶
Receitas	75% das OES viu as receitas diminuir; 23% manter; 2% aumentar	82% das OES viu as receitas diminuir; 17% manter; 1% aumentar	▶
Custos	26% das OES viu os custos diminuir; 36% manter; 38% aumentar	22% das OES viu os custos diminuir; 40% manter; 38% aumentar	▶
Candidatura a apoio extraordinário (e.g. regime de lay-off)	37% das OES recorreu, sendo que destas 63% são IPSS	29% das OES recorreu ou pensa recorrer, sendo que destas 71% são IPSS	▶
Pagar remunerações nos próximos meses	21% das OES não conseguirá pagar por completo; 30% não consegue prever; 49% confirma que conseguirá pagar	24% das OES considera pouco ou muito pouco provável pagar	▶
Prestar serviços nos próximos meses	11% das OES não conseguirá prestar serviços; 16% não consegue prever; 73% confirma que conseguirá	19% das OES considera muito pouco provável ou pouco provável; 81% considera provável ou muito provável	▶
Dificuldades de comunicação	25% das OES tem dificuldades: serviços de saúde (106), Segurança Social (95) e Câmara Municipal (82)	23% das OES tem dificuldades: Segurança Social (51), Câmara Municipal (44), Serviços de Saúde (44), Junta de Freguesia (27), IEFP (16), Proteção Civil (9), CPCJ (1), IPDJ (2), Agrupamento de escolas (1) e Autoridade Tributária (1)	▶
Há população que está a passar dificuldades por falta de apoio?	58% das OES percebe que sim	52% das OES percebe que sim	▶